



- | | | | |
|-------------------------------------|------------------------------------|--------|------|
| <input type="checkbox"/> | REQUERIMENTO
(. ^a) | Número | /XIV |
| <input checked="" type="checkbox"/> | PERGUNTA
(. ^a) | Número | /XIV |

Assunto: Assédio na empresa Vigiexpert

Destinatário: Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A Vigiexpert – prevenção e vigilância privada, Lda. é uma empresa dedicada à prestação de serviços de vigilância privada.

De acordo com denúncia que chegou a este Grupo Parlamentar e de informação sindical, um vigilante está há vários meses a ser alvo de pressões reiteradas e de práticas de assédio por parte da Vigiexpert. Estas práticas patronais abusivas começaram na sequência da comunicação ao trabalhador da necessidade de mudança da escala, por acréscimo de serviço, que incluía a realização de trabalho extraordinário sem o correspondente pagamento, em março de 2022. Tendo o trabalhador requerido o pagamento devido pelas horas extra, os responsáveis da empresa rejeitaram a atribuição dessa escala ao vigilante e optaram pela retaliação e por uma conduta de pressão sistemática a este trabalhador.

A partir deste momento, o vigilante foi alvo de sucessivas mudanças de local de trabalho, colocado pela empresa em vários clientes diferentes por curtos períodos de tempo. Começou por ser afastado, em março último, do seu posto de trabalho de então, numa instituição pública, tendo os responsáveis da Vigiexpert argumentado que se tratava de um pedido do cliente. Desde então, foi sucessivamente colocado pela empresa em 6 postos de trabalho diferentes, sempre com escalas de serviço muito desfavoráveis e frequentemente em localizações geográficas que, como era do conhecimento dos responsáveis da empresa, tornavam difícil a sua deslocação até ao local de trabalho, nomeadamente por insuficiente oferta de transportes públicos.

A situação agravou-se ainda mais desde o passado dia 10 de novembro, momento em que o vigilante foi colocado num falso posto na sede da própria empresa, que consiste numa suposta vigilância a três lugares de estacionamento de viaturas da diretores. Numa clara tentativa de quebrar o trabalhador, numa evidente prática de assédio, os responsáveis da empresa forçaram o vigilante ao desempenho de um posto sem funções, isolado, ao ar livre e sem proteção face às condições atmosféricas. Simultaneamente, apesar de ser um posto sem funções reais, são atribuídos horários cada vez mais adversos – recentemente, os responsáveis da empresa comunicaram mesmo uma alteração da escala de serviço com escassas horas de antecedência, que incluía a prestação de trabalho durante a noite de Natal.



O Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Atividades Diversas (STAD), que representa o trabalhador, tem vindo a interceder formalmente junto da empresa no sentido desta terminar com a conduta de assédio e respeitar os direitos do trabalhador, mas a Vigiexpert não alterou as suas práticas abusivas.

Com esta conduta, a empresa visa a desistência do trabalhador. Desta forma, procura afastar um trabalhador que exige os seus direitos, à margem da lei e sem cumprir as suas obrigações enquanto empregador – nomeadamente no que diz respeito à indemnização por despedimento, sendo um trabalhador com vários anos de antiguidade. Este trabalhador encontra-se numa situação particularmente vulnerável, forçado a cumprir ordens abusivas e tendo de suportar abusos patronais para manter o seu emprego, pelo que devem ser tomadas medidas urgentes com vista à sua proteção e à restituição plena dos seus direitos.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, as seguintes perguntas:

1 – Tendo em conta esta situação, foram já desenvolvidas diligências pela Autoridade para as Condições do Trabalho? Como pretende o Governo garantir a rápida intervenção e ação inspetiva por parte da ACT, com vista a proteger o trabalhador e a obrigar ao cumprimento das obrigações patronais pela Vigiexpert?

2 – Como pensa o Governo atuar de modo a inibir as práticas de assédio e abuso patronal, comuns no setor da vigilância, frequentemente na execução de contratos com entidades públicas, nomeadamente tendo em conta os concursos públicos e as condições exigidas às empresas concorrentes?

Assembleia da República, 28 de dezembro de 2022.

O Deputado,

José Moura Soeiro